

*Francisco Correa Vasques e os degredados de Cucuí:
imprensa, teatro, militância política e laços de amizade no
governo Floriano Peixoto.*

Sílvia Cristina Martins de Souza

(...) nada se mudaria; o Regime sim, era possível, mas também se muda de roupa sem mudar de pele. O comércio é preciso. Os bancos são indispensáveis. No sábado, ou quando muito na segunda-feira, tudo voltaria ao que era na véspera, menos a Constituição.

Machado de Assis, *Esau e Jacó*, 1904

Resumo

Tensos e conflituosos, os anos que abrangem o governo Floriano Peixoto foram palco de perseguições explícitas a alguns setores da sociedade e indivíduos que neles atuavam, tais como a imprensa e os jornalistas, sendo estes anos registrados tradicionalmente pela historiografia como de refluxo da militância política frente ao endurecimento do regime. Tomando tais elementos como ponto e partida, este artigo analisa o episódio dos “Degredados do Cucuí”, ocorrido durante o governo Floriano Peixoto, a partir da atuação do ator e dramaturgo Francisco Correa Vasques no mesmo, com o objetivo de recuperar a dimensão política da qual estiveram revestidos dois espaços nos quais ele atuou, a saber, a imprensa e o tablado.

Palavras-chave

história, imprensa, teatro, política

Abstract

Tense and conflicting, Floriano Peixoto government years saw several persecutions to some parts of society and also to individuals, with press and journalist, for example. Historically, these years are considered as a setp backwards of the political support as a result of the adoption of hard measures by the regime. Alongside this background, this article analyze the episode known as “Degredados do Cucuí”, which took place during the “florianista” period, using of the acots and writer Francisco Correa Vasques, looking forward to recover the political dimension of both environments occupied by him, the press and the stage.

Keywords

history, press, theatre, politic

1.

No dia 30 de abril de 1892, os leitores do jornal *Cidade do Rio*, de propriedade de José do Patrocínio, se depararam com a publicação de uma carta endereçada ao presidente da república, escrita nos seguintes termos:

“AO CIDADÃO FLORIANO PEIXOTO NO DIA DE SEU ANIVERSÁRIO
Escolhendo o dia de hoje para escrever-lhe, tenho uma única vantagem – a certeza de sua desculpa para o meu atrevimento.
V. Exa. nem sabe quem eu sou e eu não quero que fique nessa ignorância. Vou apresentar-me (...)
Chamo-me Francisco Correa Vasques; tenho 53 anos de idade; sou viúvo e moro à Rua Evaristo da Veiga número 31. Não tenho política. Sou monarquista da gema, porém não conspiro contra as instituições nem contra o governo.
Nunca votei; nem hoje, nem no tempo do Império (...) Sou ator desde 1856 (...) *tenho escrito alguns trabalhos para o teatro e já fui folhetinista da Gazeta da Tarde.*
*Fiz conferências sobre a escravidão e em quase todas as *matinéés* que se realizaram nessa época eu recitei versos de pé quebrado, porém de minha lavra (...)* *Estou apresentado.*” [grifos no original] ¹

Francisco Correa Vasques, ou “o Vasques”, como ficou conhecido entre seus contemporâneos, o autor da carta cujo trecho encontra-se acima reproduzido, foi um dos atores e dramaturgos cômicos mais conhecidos das platóias fluminenses do século XIX, o que torna no mínimo surpreendente que ele tivesse procurado se apresentar ao destinatário da carta que escreveu, assim como é difícil imaginar que tal estratégia não tenha sido vista, pelo menos por uma parte dos leitores do jornal, como mais uma dentre as muitas das suas já conhecidas saídas humorísticas.

Vasques nasceu no Rio de Janeiro em 1839, no seio de uma família humilde, e teve pouco acesso à educação formal, cursando o Colégio Maranhense por um breve tempo. Aos dez anos já trabalhava na Alfândega do Rio de Janeiro. Estreou como ator aos dezoito anos, e aos vinte e um escreveu e encenou sua primeira peça teatral. Daí até sua morte, que ocorreu em 1892, Vasques escreveu, encenou e publicou em edições baratas que eram vendidas nas portas dos teatros ou em sua própria residência, mais de sessenta peças teatrais, na sua maioria cenas cômicas.² Seu maior sucesso teatral foi *Orfeu na Roça*, uma paródia ao *Orfeu nos Infernos*, de Offenbach, encenada no teatro Fênix Dramática, em 1868, que obteve mais de cem representações numa época em que nove encenações já eram consideradas um sucesso de público. Nos anos 1890, portanto, Vasques era um ator e dra-

maturgo que o Rio de Janeiro estava acostumado a aplaudir nas representações das inúmeras peças teatrais por ele escritas e encenadas no decorrer dos trinta e seis anos em que atuou nos teatros da cidade.

Mas sua atuação não ficou restrita ao tablado, como ele próprio fez questão de afirmar, uma vez que também participou ao lado de nomes como os de José do Patrocínio e João Clapp de comícios e festivais promovidos durante a campanha abolicionista; defendeu a criação de associações que procuravam garantir os direitos da por ele denominada “classe teatral”, e atuou na imprensa na função de folhetinista na *Gazeta da Tarde*, assinando a série intitulada *Scenas Comicas*.³

A data escolhida por Vasques para a publicação da sua carta, justamente a do aniversário do destinatário, é sugestiva e tal escolha não foi feita sem intenções, como o próprio remetente sublinhou. Ao contrário, ele contava com este fato para que o presidente, provavelmente sensibilizado pelos festejos do dia, não interpretasse sua atitude como um ato de atrevimento ou de ousadia, até porque era como um “monarquista da gema” que se pronunciava, muito embora afirmasse “não ter política” e nem conspirar contra as instituições ou contra o governo republicano.

Creio que esta preocupação em explicitar uma suposta isenção política foi um recurso de retórica utilizado pelo autor, e que através dele Vasques procurava persuadir seus leitores de uma dada versão do fato que iria abordar, o que naturalmente nos leva a duvidar de sua afirmação. Afinal, sua carta, como veremos oportunamente, não tratava de outro assunto que não a política. Por outro lado, ela estava sendo escrita por um monarquista confesso, e ignorar a presença histórica de monarquistas naquele contexto é uma forma de obscurecer e limitar a compreensão dos embates que então se travavam.

Desde a saída da família real do Brasil, em 1889, e, posteriormente, a partir da morte do Imperador, que ocorreria em 5 de dezembro de 1891, não faltaram manifestações de monarquistas fiéis, que faziam questão de explicitar suas simpatias pelo imperador e pelo regime monárquico, tal como ocorreu com o Dr. João Mendes de Almeida, que escrevendo um artigo dois dias após o falecimento de Pedro II afirmaria:

*“Mas, mormente Pedro II nem por isso desapareceu. Rei morto, rei posto. A dinastia imperial perdura com todos os seus direitos, regalias, normas, privilégios, tal qual foi instituída pela constituição política do Império de 25 de março de 1824. Morreu o Imperador! Viva o Imperador! (...) Deus há de compadecer-se do povo brasileiro soberano cujos sofrimentos já o avizinham da fome e da miséria.”*⁴ [grifos no original]

As simpatias em relação ao imperador e ao regime monárquico persistiram mesmo após a morte de Pedro II, e as tentativas restauradoras podem ser ainda localizadas até 1907 quando, em meio às crises da república, D. Luiz de Orleans e Bragança, neto de Pedro II, tentou voltar ao país com o objetivo de reaver para a família real brasileira o trono perdido em 1889.⁵

Os monarquistas ou os “subversivos da república”, na feliz expressão de Maria de Lourdes Mônaco Janotti constituíram, ao lado dos republicanos, os dois grupos em conflito nos anos iniciais da república. Os defensores da monarquia confiaram, num primeiro momento, na possibilidade de rearticular sua força política por ocasião das eleições para a Constituinte, desejando levar o povo, através de um plebiscito, a não referendar a ação militar que proclamara a república. Todavia, entre eles próprios não existia uma posição consensual de como seria possível viabilizar a restauração que tinham em mente.

Certo é que, embora frágeis, as maquinações monarquistas para desestabilizar o regime existiram, e é sabido que Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto insistiram em justificar o fechamento do regime pelo perigo da suposta ameaça restauradora representada pelos monarquistas, sem contar que esta ameaça foi utilizada em várias ocasiões pelos republicanos, a quem convinha manter um certo clima de beligerância, por ser ela que lhes fornecia justificativas para reprimir suas divergências internas.

Levando-se em conta todos estes elementos, tornam-se inteligíveis os cuidados tomados por Vasques ao dirigir-se ao presidente. Afinal, aqueles eram tempos de “pouco riso e muito siso” e as perseguições a pessoas que se colocassem de maneira crítica em relação ao governo florianista não era uma mera criação fantasiosa sem qualquer correspondência com a realidade. Assim, sendo Vasques um “monarquista da gema”, sua atitude poderia torná-lo alvo de represálias, caso fosse vista como “atrevimento” devendo ele, portanto, acerrar-se de expedientes que o salvaguardassem.⁶

Merece também ser sublinhado um certo tom de ironia contido na forma como Vasques se remetia ao “cidadão” Floriano Peixoto na sua carta, fato que não passou despercebido a alguns leitores mais atentos da *Cidade do Rio*. Na segunda carta por ele escrita, publicada a 7 de maio, Vasques diria que “uma das folhas mais respeitáveis da Capital” censurou-o por ter tratado num tom irônico e de pilhéria “coisas tão sérias”. Contudo, prosseguia o autor da carta,

“Eu preferi falar [ao presidente] graciosamente, com meiguice e na altura a que a sua educação e o seu caráter têm o direito de exigir de todo o cidadão. Seria este caminho errado? Não creio, e V. Exa, se leu a minha carta, concordará decerto comigo. Dessa opinião é o público, que esgotou a edição da Cidade do Rio da tarde de 30 de abril e a do Jornal do Brasil de 1 de maio. Modéstia à parte, eu não esperava tanto.”

*Porém, qual seria o motivo de semelhante procura? O meu nome? Pouco vale. O mérito literário da carta? Nem pensar em tal. Foi porque o povo viu que eu falando com toda a cortesia, embora em tom humorístico, lhe dizia verdades.”*⁷ [grifos no original]

Foi, portanto, respaldado numa popularidade conquistada nos palcos da cidade (ainda que ele próprio insistisse que seu nome pouco valia), que Vasques procurou “encenar” com seus leitores um diálogo em que dizia algumas “verdades”, procurando ser sério, mas manejando com habilidade uma arma que sabia muito bem utilizar – o humor-, sem que esta junção entre seriedade e graça fossem incompatíveis nem tampouco se assomassem como um obstáculo que o impedissem de intervir nos debates do seu tempo. E, a julgar pela repercussão que teve a publicação de sua primeira carta, esgotando a edição de dois jornais, parece que seu objetivo foi alcançado.

Por fim, deve-se ainda salientar que a primeira carta escrita por Vasques trazia, logo nos primeiros parágrafos, uma ácida crítica ao regime que se instaurara em novembro de 1889, ao afirmar que os vitoriosos da república pouco fizeram em termos de expansão dos direitos de cidadania, embora as propagandas republicanas tivessem feito promessas de democratização nos comícios, na imprensa e nas conferências públicas. Tanto isto não ocorreu que Vasques fazia questão de afirmar que nunca votara, nem no império, nem na república.

Vasques referia-se, com tal observação, ao fato de que no império as exigências sobre a qualificação da propriedade, inicialmente, e, após 1881,⁸ desta e da obrigatoriedade de saber ler e escrever excluíram parte significativa dos eleitores qualificados, tornando quase impossível a incorporação dos libertos à cidadania, e que na Constituição de 1891 prevaleceu o compartilhamento de valores que negavam igualmente a cidadania.

Os constituintes de 1891 centralizaram suas preocupações na organização do poder e na definição das instâncias de decisão, tanto que a primeira constituição republicana, inspirada na constituição norte-americana, adotou o federalismo, o estabelecimento dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, acentuou o presidencialismo e garantiu a separação da Igreja e do Estado. No que diz respeito aos direitos individuais, esta constituição garantiu os de liberdade de culto, de expressão de pensamento, de igualdade perante a lei, mas, quanto aos direitos políticos, mais especificamente no caso do direito de voto, apesar de haver sido eliminada a exigência de propriedade, foi mantida a exclusão dos analfabetos e das mulheres. Por outro lado, não deve ser relevado o fato de que no dia seguinte à promulgação desta constituição foi realizada uma eleição presidencial indireta, na qual votaram apenas os membros da Assem-

bléia Constituinte, levando Deodoro da Fonseca à presidência, e Floriano Peixoto à vice-presidência.⁹ Desta maneira, vê-se que embora o regime instaurado tivesse ampliado juridicamente a participação política pelo voto e pelo direito de associação e reunião, a realidade que impôs foi a negação da idéia de ampliação da participação política.¹⁰ Verifica-se, assim, que a menção a tal ordem de coisas, como elaborada por Vasques na sua carta, emerge como a visão crítica de alguém que, tanto no império quanto na república, fora mantido à margem dos processos políticos denotando, por extensão, que, na república, o real se escondia sob o formal e que no fundo muito pouco mudara para uma determinada parcela da população com a introdução do novo sistema de governo.

Estas duas cartas aqui mencionadas, endereçadas por Vasques a Floriano Peixoto e publicadas na *Cidade do Rio* nos dias 30 de abril e 7 de maio de 1892 nos dão conta de um momento visto pela historiografia como eivado por graves tensões, e de explícita perseguição à imprensa e aos jornalistas, perseguição esta que teria levado ao esmorecimento e ao recuo da militância política que marcara as campanhas abolicionista e republicana na imprensa anos antes.¹¹ Serão elas, enfim, o centro de atenção deste artigo no qual pretende-se elaborar uma análise que privilegie as relações entre história, jornalismo e teatro.

Estudos históricos desenvolvidos nas últimas décadas sobre o papel exercido pela imprensa no Brasil oitocentista vêm cada vez mais questionando um posicionamento anterior que disseminou uma noção, baseada em critérios literários de hoje, que considera o jornal um produto “descartável” e o livro o “guardião” do saber, separando os produtos culturais em campos opostos e excludentes. Neste movimento, pouco a pouco os historiadores têm se afastado desta noção e, como decorrência, o jornalismo tem merecido especial atenção em face do reconhecimento do papel histórico da imprensa na difusão e troca de idéias no século XIX.¹² Por outro lado, muitos destes historiadores têm chamado a atenção para o fato de que a opção por tentar entender a atuação da imprensa neste período apenas pelos seus suportes materiais acaba por obscurecer uma outra faceta assumida pela imprensa tão importante quanto esta, qual seja, a de instrumento de intervenção social e política na realidade.

Levando em conta tais considerações, pretendemos neste artigo compreender como o ator e dramaturgo Francisco Correa Vasques utilizou-se da imprensa para intervir na realidade social de seu tempo veiculando idéias, visões de mundo e posições políticas que, com certeza, partilhava com outros membros da sociedade fluminense do século XIX. Adicionalmente procuraremos mostrar como o palco, considerado por Machado de Assis um “canal de iniciação” tão eficaz quanto a tribuna e a imprensa para a educação da socie-

dade brasileira oitocentista, por supostamente contribuir para a correção de modos de pensar e agir viciosos, faltosos ou inapropriados, emergiu das mãos do Vasques não com o sentido de “escola de costumes”, que lhe atribuía Machado de Assis, mas como um outro fórum de debates no qual era dada voz a diferentes opiniões, ao mesmo tempo em que oferecia-se aos espectadores o que eles esperavam do tablado: a diversão.¹³

2.

Estamos nos anos 1880. Os brasileiros mais atentos à vida política do país e os representantes diplomáticos sediados no Rio de Janeiro foram testemunhas de que já fazia uma década em que vinha sendo minado o terreno da monarquia, e bem alicerçado o da república através da combinação de elementos tão explosivos quanto a perda do apoio político da monarquia pelos setores da cafeicultura, pelos descontentamentos dos militares, pela inabilidade da política imperial em lidar com os interesses corporativos da Igreja, pela recusa à proposta federalista a despeito de esforços de homens como Joaquim Nabuco e Tavares Bastos, pela propaganda do partido republicano, e pelas questões que punham em dúvida a sucessão dinástica.¹⁴

No dia 15 de novembro de 1889, um golpe militar, que, inicialmente, tinha em vista a queda do gabinete Ouro Preto, acabou por derrubar a monarquia e instaurar a república no Brasil. Do que aqueles contemporâneos mais atentos ao fato não podiam ter dimensão era que os anos iniciais da república recém-proclamada seriam repletos de conflitos, e que a mudança de sistema de governo terminaria por ser “mais uma das transformações sem mudanças substantivas da história brasileira”.¹⁵

As tensões que permearam este momento histórico tiveram início, a rigor, logo após serem ouvidas pelas ruas do Rio de Janeiro ou lida nos diferentes jornais da cidade a notícia de que a monarquia fora deposta, e problemas concretos tiveram de ser enfrentados tais como a indefinição dos rumos a serem tomados bem como a ausência de um “projeto” político nítido que desse base de sustentação ao novo regime.

A complexidade dos interesses que então se encontravam em jogo pode ser auferida através do esforço, despendido por Deodoro da Fonseca, para contemplar expectativas e tendências variadas na composição do ministério do governo provisório. Deste ministério fizeram parte desde Campos Sales, na pasta da Justiça, que garantiria o apoio dos cafeicultores paulistas, até Demétrio Ribeiro, para a pasta da Agricultura, representando o Rio Grande do Sul, passando pelo ex-membro do Partido Liberal Rui Barbosa, no ministério da Fazenda, pelo republicano histórico Quintino Bocaiúva, nas Relações Exteriores e pelo republicano radical paraibano Aristides Lobo, no Ministério do Interior. Ou seja, Deodoro procurou agregar

“(...) representantes de interesses nem sempre convergentes das províncias mais poderosas; republicanos históricos e outros de adesão muito recente à causa republicana; federalistas e centralistas; moderados e radicais; liberais e positivistas, e não seria fácil ao marechal habituado à disciplina da caserna presidir aquele governo e atravessar tensões provocadas pelo primeiro plano econômico do país, decidido por Rui Barbosa e decretado sem consulta a seus colegas de ministério, episódio que provocou enorme turbulência política e financeira e ficou conhecido pelo nome Encilhamento.” [grifo no original] ¹⁶

Congregar interesses conflitantes, este foi o desafio com o qual Deodoro se deparou e em relação ao qual não conseguiu dar uma resposta satisfatória. Sua própria eleição para a presidência, com um número menor de votos do que o vice-presidente, elucidava o fato de que a situação era complexa e exigia tomadas de posições efetivas para que a república proclamada não percesse no próprio ato do seu nascimento. Por outro lado, a transformação do Congresso Constituinte em Congresso Ordinário veio complicar ainda mais este quadro ao qual vimos nos remetendo, uma vez que permaneceram no legislativo vários deputados e senadores que se opunham às facções oligárquicas estaduais, que haviam alcançado o poder após uma série de embates e enfrentamentos internos.¹⁷

Certo é que, em novembro de 1891, a situação já se tornara incontornável a ponto de levar Deodoro da Fonseca a fechar o Congresso, e, posteriormente, a renunciar à presidência em função das pressões que sofria por parte de grupos civis, de um grupo de oficiais chefiados pelo contra-almirante Custódio de Mello, que liderara um levante da Armada e ameaçava bombardear a sede do governo federal, caso Deodoro não renunciasse, de uma greve de ferroviários que explodiu no Rio de Janeiro, e do clima de crescente descontentamento no Rio Grande do Sul, com a deposição de Júlio de Castilhos.¹⁸

Como sucessor legal da presidência assumiu Floriano Peixoto, que se cercou de certos cuidados ao ocupar o cargo, tais como normalizar o funcionamento do Congresso, nomear o mesmo Custódio de Mello para o Ministério da Marinha, bem como interventores para os governos dos estados, forçando os governadores, que apoiaram Deodoro no golpe de novembro do ano anterior, a renunciarem.

Dentre os governadores afastados por Floriano estava o do Rio de Janeiro, Francisco Portela que, ao assumir seu cargo, empregara alguns literatos e jornalistas no funcionalismo público, a saber, Coelho Neto para a secretaria do governo do Estado. Olavo Billac como oficial maior da

secretaria do Interior; Aluizio de Azevedo como oficial da Fazenda e Pardal Mallet como arquivista, além de ter patrocinado a candidatura deste último a deputado. Baltazar da Silveira, o interventor indicado por Floriano Peixoto para o estado do Rio de Janeiro, logo que assumiu suas funções, cuidou de demitir os nomes indicados por Portela alegando como motivo para sua atitude o fato de que aqueles indivíduos teriam enriquecido ilicitamente durante o período em que exerceram seus cargos públicos.

Tal demissão acabou tendo grande repercussão nos meios jornalísticos, e não tardou para que emergissem reações a ela. Lopes Trovão, Pardal Mallet e Olavo Bilac fundaram o jornal **O Combate**, e transformaram suas páginas numa trincheira permanente contra o governo de Floriano, bem como em espaço de defesa das acusações das quais seus amigos tinham sido vítimas. Olavo Bilac, sob o pseudônimo “Pierrot”, assinaria crônicas para o jornal **Vida Fluminense** nas quais não apenas atacava as medidas tomadas pelo presidente da república, como esmerava-se em mover uma campanha acirrada contra o governo de Floriano, denunciando os problemas que este obrigava a população do Rio de Janeiro a enfrentar cotidianamente.

A contra-ofensiva por parte do governo federal não tardou. Ainda em abril, o jornal **O Combate** teve suas atividades encerradas, ao mesmo tempo em que Bilac, Mallet e Patrocínio foram presos e indiciados, tendo o primeiro permanecido encarcerado por dois anos na Fortaleza de Lage e os dois últimos mandados em desterro para Cucuí, na Amazônia. O motivo alegado para esta reação, por muitos considerada extremada, foi o fato de **O Combate** ter sido o primeiro jornal a lançar a tese, defendida por Rui Barbosa, de que o governo de Floriano Peixoto era inconstitucional e ilegítimo.

Segundo Rui Barbosa, havia necessidade de proceder-se a nova eleição presidencial, uma vez que “a vacância se abriu no primeiro biênio do período presidencial”, e o parágrafo 2 do artigo 1 da Constituição da República determinava que “o Presidente e o Vice-Presidente, eleitos na forma deste artigo, ocuparão a Presidência e a Vice-Presidência da República durante o primeiro período presidencial”. Ou seja, na interpretação proposta por Rui Barbosa, tal dispositivo não amparava as pretensões de Floriano Peixoto de permanecer na presidência devendo-se eleger novo presidente e, uma vez este eleito, e Floriano continuaria como seu vice legal.¹⁹

O artigo publicado pelo jornal **O Combate** incentivou treze generais de terra e de mar a assinarem um manifesto no qual exortavam o presidente a cumprir a Constituição convocando novas eleições, o que os levou a serem reformados e afastados de seus postos. Três dias após este incidente teve lugar uma manifestação pública de militares, congressistas e jornalistas, que reclamaram a volta de Deodoro à presidência, o que foi interpretado por Floriano Peixoto como uma afronta a seu governo.

Como resposta a tais investidas, o presidente decretou estado de sítio, suprimiu as garantias constitucionais e mandou efetuar várias prisões, dentre elas as dos jornalistas anteriormente mencionados.

Foi no interior deste contexto conturbado que Vasques publicou suas duas cartas, nas quais advogava a favor de Mallet e Patrocínio, que, à época, passaram a ser conhecidos como os “Degredados de Cucuí”. A situação em que ambos se encontravam sensibilizou-o sobretudo porque dentre os degredados estava José do Patrocínio, um amigo e companheiro de militância político seu de longa data.

Na primeira de suas cartas, a publicada em 30 de abril de 1892, Vasques defendeu o argumento de que a atitude tomada por Floriano Peixoto em relação aos dois jornalistas fora assaz severa, sem contar que incompreensível, já que o governo os punia

*“Por serem republicanos! Parece incrível, porém, esta é a verdade. Que fizeram eles? Oposição a todo transe ao governo de V. Exa? Isto constituiria um crime? Não, por certo. O governo sem oposição não é um governo (...)
Imagine, agora, V. Exa. o que seria se a conspiração de 14 de novembro de 1889 tivesse falhado. Onde estariam todos aqueles que concorreram para a queda do Império? Banidos, desterrados ou...? Não! A grande alma do Império Brasileiro não guardava ódios nem vinganças: o perdão não se faria esperar! Aquele que morreu, fora de sua querida pátria, minado de saudades, amava a bandeira da paz (...)
Quem escreve estas linhas é um monarquista da gema, e deve até parecer original vir ele em defesa de republicanos. Que quer V. Exa? O mundo é assim mesmo!”*²⁰

As palavras de Vasques emergem como um testemunho que evidencia como o advento da república assistiu ao embate entre opiniões e soluções políticas complementares ou antagônicas sobre o novo regime, e como os contemporâneos aventaram diferentes formas de conceber a organização da nação que se procurava constituir. Os grupos dominantes, que disputaram o poder a partir de 1889, tinham diferentes concepções sobre a república a ser implantada, e diferentes expectativas sobre seu destino político. Neste sentido, a situação de José do Patrocínio, um dos degredados de Cucuí, é particularmente elucidativa de quanto eram complexas e ambíguas as questões que estavam em confronto naquele contexto. Abolicionista e democrata, José do Patrocínio foi quem, na Câmara Municipal, deu a notícia de que a república fora proclamada, mas foi também um dos mentores da Guarda Negra, força paralela ao exército que tinha como objetivo proteger a monarquia, além de um dos responsáveis pela difusão do “Izabelismo”.

Toda esta diversidade, contudo, não contava com a tolerância de Floriano Peixoto, sendo para isto que Vasques chamava a atenção ao alertá-lo para o fato de que “governo sem oposição não é governo”, e ao compará-lo com Pedro II, a “grande alma do Império Brasileiro [que] não guardava ódios”. Ao assim se posicionar, Vasques acabava por explicitar a sua adesão a uma noção, que começara a ganhar corpo desde que os primeiros sinais de decepção com a república começaram a ser sentidos, noção esta construída pelos destituídos do poder que procuravam delinear uma certa imagem idealizada do império e do imperador. Nesta noção, não apenas a monarquia passava a ser vista como um regime em que supostamente reinaram os instintos pacíficos e conciliadores, assim como Pedro II ia cada vez mais sendo revestido de uma imagem de mártir, imagem que ele próprio contribuiu para alimentar uma vez que, desde que foi banido do Brasil, passou a viver de favores de amigos, alardeando uma simplicidade coerente com esta representação a que nos referimos.²¹

Na imagem construída por Vasques, todavia, a figura do imperador aparecia revestida de uma virtude adicional – a da tolerância à oposição –, sendo ela que o levava a não guardar “ódios nem vinganças”, mesmo após ser banido do Brasil com sua família. E era desta tolerância que Vasques fazia questão de demonstrar ser também um portador vindo a público advogar por dois republicanos, logo ele um “monarquista da gema”! Desta maneira, e na sua visão, como os tempos mudavam, e como “o mundo era assim mesmo”, era em nome da permanência de certos valores, que deveriam estar acima das paixões humanas, que Vasques convidava Floriano a agir.

A intolerância à oposição, contudo, não era o único pecado que Vasques reputava passível de crítica no governo republicano. Na sua segunda carta, Vasques argumentaria que uma outra fonte das tensões que estavam sendo vivenciadas no período era a precipitação dos republicanos, sendo ela, na sua visão, que “matará o 15 de novembro”. Tal precipitação fizera com que o novo regime desconsiderasse os caminhos da legalidade, muito embora tivesse sido a legalidade que conduzira os militares ao poder. Sendo assim, Vasques exortava o presidente a retomar o caminho do qual se afastara:

“O seu proceder correto de soldado como tem sido até hoje deve ter sentido o enorme peso da pena imposta aos desterrados que, se cometeram um desvario, não são por certo réus de alta traição! Eles estremeceram o nosso Brasil como verdadeiros patriotas. O dia 13 de maio foi o alicerce do edifício que hoje se chama república e os operários dessa obra, aqueles que mais trabalharam para isto, estão privados, longe do coração da pátria, de sentir o seu pulsar entusiástico neste grande dia.

*Vamos, general, ainda uma vez, um pouco de boa vontade.
O dia 13 de maio é a confraternização de todos os brasileiros (...)
Vinde! Liberdade! Igualdade! Fraternidade!”²²*

Mais uma vez Vasques comparava a república à monarquia, e ao associar as palavras de ordem da Revolução Francesa à data simbólica do 13 de maio de 1888 parecia sugerir que alguma coisa andava fora dos trilhos numa república que não garantia a liberdade dos seus cidadãos, enquanto o império fora capaz de dar liberdade a centenas de indivíduos mantidos em cativeiro. Nesta comparação, a república saía mais uma vez perdendo, ao passo que a imagem idealizada de um império supostamente garantidor de liberdades saía reforçada. E, ao elaborar tal movimento, Vasques só deixava a Floriano uma saída: promover os princípios pelos quais os “operários” da república haviam combatido, e um começo para isto seria a libertação dos Desterrados de Cucuí.

Como se vê, foram a defesa da legalidade e o respeito às diferenças políticas e partidárias as causas advogadas por Vasques na imprensa. Sua inserção nas questões que mobilizavam as atenções de diferentes setores da sociedade durante o governo florianista, não se restringiu, contudo, à publicação destas cartas. No dia 10 de junho de 1892, pouco mais de um mês após a publicação da segunda carta na *Cidade do Rio*, subiria ao palco do teatro Apolo, então empresariado por Jacinto Heller, uma cena cômica de autoria do Vasques, toda escrita em versos, a que deu o título **Legalidade e Ditadura**.²³

Na cena, Vasques procurou elaborar uma crítica mais abrangente ao governo republicano tomando como fonte de inspiração para a dramaturgia que produzia a política do *encilhamento*. Logo nos versos iniciais da referida cena cômica, este dramaturgo declarava, assim como já fizera em suas cartas, procurar dizer sempre a verdade, já que “ama[va] a legalidade e odia[va] a ditadura”, e “sapecava” as seguintes estrofes:

*“Um doutor em medicina
Que corre toda a cidade
Curando ricos e pobres...
Sim senhor! Legalidade!*

*Porém doutor que só trata
Dos que pagam a cura
Sem se importar com a pobreza...
Passa fora! É ditadura! (...)*

*Padre que dá bons conselhos
Respeitando a caridade,*

*Sempre bom e generoso...
Sim senhor! Legalidade!*

*Mas aqueles que das missas
Faz um comércio de usura,
Pedindo trinta mil réis,
Passa fora! É ditadura!”²⁴*

Creio não ser necessário repetir aqui, com maiores detalhes, uma história já bem conhecida da qual a peça do Vasques nos dá conta, que foi a da febre especulativa que acometeu os primeiros anos da república denominada pelos contemporâneos de *encilhamento*.²⁵ Se tal situação remontava, de certa forma, ao período monárquico, quando buscando aplacar os cafeicultores, sobretudo os fluminenses, bem como atender a uma demanda real de moeda para pagamento de salários, o governo imperial começou a emitir dinheiro de maneira desordenada, não se pode esquecer que tal medida foi levada às últimas conseqüências pela república nos primeiros anos da república.

Ao assumir o Ministério da Fazenda do governo provisório, Rui Barbosa baixou decretos visando o aumento da oferta da moeda e a criação de sociedades anônimas. Dentre as medidas por ele tomadas, a mais significativa foi a que atribuiu a alguns bancos a faculdade de emitir moeda. Com tais iniciativas, Rui Barbosa tinha em vista a expansão do crédito e a disseminação da noção de que a república seria uma espécie de “reino” dos negócios. Ao ser concedido o direito de emissão a vários bancos, permitiu-se que o Rio de Janeiro fosse inundado de dinheiro sem lastro, ao que se seguiu a febre especulativa. De tal forma a situação se agravou que, segundo José Murilo de Carvalho,

“(...) por dois anos, o novo regime pareceu uma autêntica república de banqueiros, onde a lei era enriquecer a todo o custo com o dinheiro da especulação.”²⁶

As conseqüências de tal política foram sentidas em diferentes setores. Em termos econômicos, a inflação generalizou-se e os preços dos produtos de consumo duplicaram. O aumento do custo de vida foi agravado pela imigração, que ampliou a oferta de mão-de-obra, acirrando disputas pelos empregos já escassos. No plano político, talvez a face mais visível do *encilhamento* tenha sido a das transformações e dos abalos sofridos pela capital federal, que se transformou em espaço de permanentes agitações para os fluminenses. Políticos republicanos e monarquistas, militares, pequenos proprietários, empregados e funcionários públicos envolveram-se em conspirações e planejaram golpes.

Mas os costumes e os valores também foram atingidos, sendo para esta questão que Vasques chamava a atenção em sua cena cômica, fazendo chegar aos espectadores uma imagem crítica daqueles novos tempos através da exposição de suas mazelas, transformando o palco em mais uma tribuna de denúncias. De acordo com sua visão, no clima de “salve-se quem puder” que se instaurara com a república, certos valores morais vinham sendo cada vez mais esquecidos, pois todos só se importavam em garantir sua fatia de vantagem na busca desenfreada do enriquecimento. Ou seja, jogando com as palavras “legalidade” e “ditadura”, e trazendo para o palco as dificuldades vivenciadas pela população pobre da cidade naquele contexto, Vasques mais uma vez condenava uma república que, independentemente desta realidade, preferia alardear a sua “benignidade” e seus “instintos pacíficos”

Seis dias após encenar esta cena cômica, Vasques subiria novamente ao tablado, desta feita para encenar o papel do Tribofe na revista de ano que recebeu este mesmo nome, escrita por Arthur Azevedo.²⁷ Nela, este dramaturgo transpôs para o palco a imagem de um Rio de Janeiro em pleno processo de modernização, acentuando muitos dos seus traços negativos, através de personagens que chegavam do interior, eram envolvidos nas armadilhas da cidade grande, perdiam-se física e moralmente para novamente se encontrar acabando por abandonar a cidade assustados. Ou seja, ao mesmo tempo em que as platéias participavam dos embróglis nos quais era envolvida esta família elas podiam ver, em retrospecto, os acontecimentos sociais, políticos, culturais e econômicos que, na visão do dramaturgo, haviam marcado aquele ano.

O Dr. Triboff, *compère* da revista, era um naturalista russo que, vindo ao Rio de Janeiro a convite de Frivolina, é por ela também convidado a se transformar e tomar “sucessivamente todas as fisionomias e personalidades do tribofe”.²⁸ Espécie de malandro, que procurava tirar vantagem de tudo sem qualquer escrúpulo, o Tribofe era capaz de dizer em alto e bom som:

“Ah, minha amiga, nesta boa terra os mandamentos da lei de Deus são como as posturas municipais...ninguém respeita!”²⁹

O título da peça, por sua vez, já sugeria a crítica nela embutida à prática que imperava naqueles anos na cidade: em tempos de especulação financeira desenfreada, reinavam como uma epidemia que assolava todas as classes e setores, o logro, o golpe, o tribofe.³⁰ Sobre o título da peça, a *Gazeta de Notícias* diria que

“Do nome do compadre, tirado da gíria do sport, foi por sua vez tirado o título da peça, e perfeitamente tirado, porque sintetiza a maioria dos

acontecimentos passados em revista. Tribofe na bolsa, tribofe nas finanças, tribofe na política, tribofe em tudo.” [grifos no original]³¹

A letra de um rondó, por fim, explicava logo no início do espetáculo o significado do termo “tribofe” a partir dos seguintes versos:

*“Sabichão que se estafe e se esbofe,
Desejoso de tudo saber, O novíssimo termo – tribofe –
Em nenhum dicionário há de ver.*

*Como gíria de esporte aplicá-lo
Tenho visto, e somente indicar
A corrida em que perde o cavalo
Que por força devia ganhar.*

*Mas a tudo se aplica a palavra,
Pois em tudo o tribofe se vê;
Qual moléstia epidêmica lavra,
E não há quem remédio lhe dê(...)*

*No comércio, nas letras, nas artes
Há tribofe, tribofe haverá,
Que tribofe por todas as partes
E por todas as classes há.”*³²

Na sua revista, Arthur Azevedo personificava os bancos, companhias e o câmbio, e o personagem interpretado por Vasques, justamente o do Tribofe, representava a nova atitude que vinha sendo assumida por alguns indivíduos na cidade. Como o papel do *compère* das revistas era sempre entregue ao principal ator da companhia, por representar um desafio que demandava um conhecimento pleno da maquinaria do palco e um talento particular para tornar-se o fio condutor da encenação, a escolha do nome do Vasques para este papel foi, certamente, fruto destas especificidades próprias da revista. Mas creio ser possível sugerir que ela preencheu a um outro requisito. Afinal, Aluizio de Azevedo, irmão do autor da revista, fora um dos destituídos pelo governo Floriano Peixoto do cargo público que exercia, e Arthur Azevedo fazia parte do grupo de literatos que atuava na imprensa e estava sendo o alvo preferencial das perseguições do presidente naquele contexto. Sendo assim, é possível sugerir que, ao abrir espaço para o Vasques atuar como protagonista desta revista, Arthur Azevedo lhe permitiu lançar mão de mais este espaço para

dar continuidade às suas críticas sobre alguns dos acontecimentos que vinham mobilizando a atenção da sociedade carioca naquele momento.

Vê-se, assim, que tanto a cena cômica do Vasques, quanto a revista de Arthur Azevedo, apesar de apresentarem opiniões filtradas pelos seus autores sobre a vida da cidade do Rio de Janeiro e seus habitantes, transformavam o palco em mais um espaço de denúncia e exposição de confrontos em torno de alguns temas. E tanto esta dimensão política do palco era percebida e reconhecida pelos espectadores que eles provocaram uma verdadeira “enchente” no dia da estréia d’*O Tribofe*. O *Diário do Rio de Janeiro*, dando conta da primeira encenação da revista na edição do dia 17 de junho de 1892, diria que “voltaram do [teatro] Apolo mais de duzentas pessoas que não puderam achar bilhetes” para o espetáculo inaugural.³³

3.

No dia 5 de agosto de 1892, após muitos pedidos negados, a anistia aos desterrados do Cucuí foi aprovada. Um ano depois, em 6 de outubro de 1893, estouraria a revolta da Armada, chefiada por Custódio de Mello, e nova perseguição seria feita à imprensa e aos jornalistas, dentre eles, Olavo Bilac, José do Patrocínio, Guimarães Passos e Pardal Mallet.

A maior parte destes jornalistas fugiria da capital temendo nova prisão. Antes disso ocorrer, nos primeiros dias da revolta, o jornal *Cidade do Rio*, tendo à frente Bilac, Mallet e Murat (já que Patrocínio se escondera na casa de seu sogro onde permaneceria por um bom tempo) publicou o manifesto custodista. A edição do jornal foi apreendida e suas atividades suspensas.

Nesta ocasião, Vasques já não mais engrossaria as fileiras de oposição ao governo republicano, pois viera a falecer no dia 12 de dezembro de 1892, quando estava em cartaz *O Tribofe*, sendo substituído no elenco pelo ator Correa. A notícia de sua morte provocou comoção na cidade. Além da manifestação pública de pesar que recebeu nas ruas do Rio de Janeiro pelas quais passou seu cortejo fúnebre, promovida por espectadores dos teatros, vários amigos de longa data também compareceram ao enterro. José do Patrocínio aproveitaria a ocasião para render uma homenagem emocionada ao amigo que o defendera num dos momentos mais difíceis de sua vida.³⁴

A atuação política de Vasques nos primeiros meses de 1892, de qualquer forma, é exemplar do fato de que militância política, laços de amizade e atividades jornalísticas e artísticas não eram excludentes, e representavam as múltiplas dimensões da vida de atores políticos que interagiam no interior de suas experiências nos difíceis anos iniciais da república.

Desapontados com a perseguição florianista, muitos homens de letras que inicialmente saudaram com entusiasmo o novo regime não demoraram a desistir da política militante, passando a se concentrar na literatura, abrindo mão do acalentado sonho de alinhar a “república da Política à república das Letras” na “missão” de conduzir o país pelos rumos do progresso.³⁵

Por outro lado, não demoraria muito para que fosse tomando corpo, entre as elites civis, um consenso de que os militares deveriam retornar às suas funções profissionais, e que fosse crescendo a convicção da inconveniência da sua intervenção na política. No dia 1 de maio de 1894 seria eleito um civil para a presidência da república – o paulista Prudente de Moraes. São Paulo, a principal oligarquia do país na época, ascendia ao poder, e o Partido Republicano Federal iria se consolidar como a principal força política do Brasil, embora o panorama republicano se mantivesse instável até que Campos Sales assumisse a presidência e assentasse as bases de um complexo, mas (a seu modo) eficiente equilíbrio político, que duraria até 1930.³⁶

Floriano Peixoto demonstrou sua contrariedade em relação à escolha do nome de Prudente de Moraes para a presidência não comparecendo à sua posse, que teve lugar no Palácio dos Arcos, nem à sua recepção no Palácio do Itamaraty, sede do governo. Segundo as crônicas da época, preferiu ficar em casa cuidando de suas rosas. Se Vasques estivesse vivo para assistir a isso talvez tivesse dito: “O mundo é assim mesmo!”

Notas

¹ *Cidade do Rio*, 30 de abril de 1892. Esta carta foi também publicada no *Jornal do Brasil* de 1 de maio de 1892.

² As cenas cômicas eram pequenos textos, escritos para um ou mais atores, em prosa ou em verso, que abordavam um determinado tema através do recurso da paródia ou da sátira, utilizando músicas de domínio público e abordando assuntos do cotidiano tendo sido as mesmas encenadas em palcos teatrais e picadeiros no Brasil do oitocentos. Grande parte das cenas cômicas do Vasques foi publicada em edições baratas vendidas ao preço módico de 500 réis durante toda a segunda metade do século XIX. Para que se tenha idéia deste valor é interessante observar que, na segunda metade do século, um feitor de escravos recebia 1\$280 a 1\$800 por dia, um carroceiro ganhava 1\$100 por dia e um pedreiro 1\$120. Ver para o assunto SOUZA, Sílvia Cristina Martins de, *As Noites do Ginásio: teatro e tensões culturais na Corte (1832-1868)*, Campinas, Unicamp, 2002.

³ Esta série de folhetins foi publicada, sem regularidade semanal, de 18 de outubro de 1883 a 17 de abril de 1884, na *Gazeta da Tarde*, jornal de propriedade de José do Patrocínio. Nela Vasques tratou de assuntos tão diversos quanto as representações de diferentes companhias teatrais, da campanha abolicionista, e “arriscou” escrever em outro gênero literário, o romance-folhetim.

⁴ APUD Lília M. Schwarcz, *As Barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*, São Paulo, Companhia das Letras, 2000, p. 495.

⁵ Para maiores informações sobre o assunto ver MALATIAN, Teresa, *Os Cruzados do Império*, São Paulo, Contexto, 1990 e JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco, *Os Subversivos da República*, São Paulo, Brasiliense, 1986.

⁶ Os monarquistas sofriam perseguições e eram vistos com desconfiança, notadamente os que aderiram ao novo regime e aceitaram jogar o jogo republicano. Neste sentido é exemplar a situação vivenciada por Carlos de Laet e José da Costa Azevedo que participaram das chapas republicanas, mas não tiveram seus diplomas reconhecidos pela Constituinte.

⁷ **Cidade do Rio**, 7 de maio de 1892. Em um artigo d'*A Semana*, de 24 de abril de 1892, Machado de Assis fez uma crítica à maré de mudanças que foi instituída com o advento da república, descrevendo com humor as transformações que o novo regime estava realizando, dentre elas a adoção de todo um vocabulário no qual a palavra “cidadão” passou a ser amplamente utilizada. Na sua crítica, Machado ironizava o fato mostrando que o termo “cidadão” passou a conviver sem problemas com os antigos títulos imperiais.

⁸ Pela Lei Saraiva, de 1881, o Império estreitou as exigências sobre o critério de propriedade e introduziu o da obrigatoriedade de saber ler e escrever. Tais exigências reduziram de 10% para 1% o número de eleitores qualificados e tornou praticamente impossível a incorporação dos libertos à cidadania.

⁹ Concorreram às candidaturas de Deodoro da Fonseca e Eduardo Wandenkolk, e à de Floriano Peixoto e Prudente de Moraes. Como os cargos de presidente e vice-presidente não estavam vinculados, saíram vencedores os candidatos mais votados das duas chapas.

¹⁰ Analisando o eleitorado do Rio de Janeiro nas primeiras eleições presidenciais (1894), José Murilo de Carvalho observou que somente 7% dos eleitores potenciais votaram. Essa situação manteve-se imutável até 1930. Ainda sobre a participação política no Rio de Janeiro, este mesmo autor observou: “Nossa república, passado o momento inicial de esperança de expansão democrática, consolidou-se sobre um mínimo de participação eleitoral, sobre a exclusão do envolvimento popular no governo”. Ver *Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a república que não foi*, obra citada, p. 161.

¹¹ Ver para este assunto SEVCENKO, Nicolau, *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*, São Paulo, Brasiliense, 1995; NEEDEL, Jeffrey, *Belle Époque tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*, São Paulo, Companhia das Letras, 1993 e VENTURA, Roberto, *Estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil (1870-1914)*, São Paulo, Companhia das Letras, 1991

¹² Ver, por exemplo, Sidney Chalhoub e Leonardo A. M. Pereira (orgs.), *A História Contada: capítulos de história social da literatura no Brasil*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1998; Margarida de Souza Neves (org.), *Seminário História e Crônica*, PUC, Rio de Janeiro, 2001 (mimeo); Antonio Candido, “A vida ao rés do chão” in *A Crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*, Campinas, Unicamp; Marcelo Balaban (org.) *Instantâneos do Rio de Janeiro: Bastos Tigre*, Campinas, Mercado das Letras, 2003; Ana Carolina Feracin da Silva, *Bilhetes Postais: Coelho Neto*, Campinas, Mercado das Letras, 2002; *Cadernos AEL*, ns. 16/17, *Literatura e Imprensa no século XIX*, Campinas, Unicamp, 2002

¹³ A expressão “canal de iniciação” foi utilizada por Machado de Assis no jornal *O Espelho* no dia 25 de setembro de 1859 em artigo no qual mencionava a existência do que considerava os três canais de iniciação e educação da sociedade – a tribuna, a imprensa e o palco –, sendo este último por ele considerado o mais eficaz dos três porque “na imprensa e na tribuna a verdade que se quer proclamar é discutida, analisada, e torcida nos cálculos da lógica; no teatro há um processo mais simples e mais ampliado; a verdade aparece nua, sem demonstração, nem análise. (...) É quase capital a diferença”. Sobre a expressão “escola de costumes” cabe observar que ela esteve presente em vários textos de crítica teatral do século XIX, crítica esta que operou com a noção de gêneros teatrais “superiores” e “inferiores”, “baixa” e “alta” dramaturgia ou ainda “teatro sério” e “teatro ligeiro”, consolidando uma vertente de critério de avaliação inspirada em padrões adotados da crítica teatral europeia. Dentro desta visão hierárquica excludente, os gêneros dramáticos

reputados “sérios”, tais como os dramas realistas, eram os que supostamente estariam voltados para o objetivo de educar e “civilizar” as platéias, transformando o palco em “escola de costumes”, enquanto os gêneros ditos “ligeiros”, tais como as cenas cômicas e as revistas de ano, estavam comprometidos unicamente com o divertimento das platéias não se revestiam de qualquer propósito moralizador mantendo-se, portanto, distantes da “verdadeira” arte. Ver para este assunto SOUZA, Silvia Cristina Martins de, *As Noites do Ginásio: teatro e tensões culturais na Corte (1832-1868)*, obra citada.

¹⁴ Baseio-me para tais considerações em Margarida de Souza Neves, que elaborou uma análise minuciosa sobre como a república proclamada em 1889 não foi apenas obra de um golpe militar resultante do descontentamento de setores do exército e fruto de questões militares, noção esta que encontrou respaldo nas versões contemporâneas ao fato e, posteriormente, na historiografia. Ver desta autora “Os cenários da república. O Brasil na virada do século XIX para o século XX” in FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília (orgs), *O Brasil Republicano: o tempo de liberalismo excludente*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003, vol.1

¹⁵ Idem, p. 26

¹⁶ Idem, p.34

¹⁷ Ver para este assunto RESENDE, Maria Efigênia Lage, “O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico” in FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília (orgs.), *O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente*, obra citada, p. 108.

¹⁸ Todas as informações referentes a este período baseiam-se em dois trabalhos clássicos de José Murilo de Carvalho sobre o tema, a saber, *Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a república que não foi*, São Paulo, Companhia das Letras, 1987 e *A Formação das Almas: o imaginário da república no Brasil*, São Paulo, Companhia das Letras, 1990 e ainda em SILVA, Ana Carolina Feracim da, “Entre a pena e espada . Literatura e política no governo de Floriano Peixoto: uma análise do jornal O Combate (1892)” in *Cadernos AEL*, v.9, n. 16/17, primeiro e segundo semestres de 2002 e NEVES, Margarida de Souza, “Os cenários da república. O Brasil na virada do século XIX para o século XX”, obra citada

¹⁹ *Apud* SILVA, Ana Carolina Feracim da (org.), *Bilhetes Postais*. Coelho Neto, Campinas, Mercado das Letras, 2002, p.14

²⁰ *Cidade do Rio*, 1 de maio de 1892

²¹ Baseio-me para estas considerações em Lilia M. Schwarcz, *As Barbas do Imperador*, obra citada.

²² *Cidade do Rio*, 7 de maio de 1892

²³ *Legalidade e Ditadura* foi escrita, encenada e publicada em agosto de 1892. Recebeu autorização da censura, em 20 de maio e o visto da Secretaria da Polícia da Capital federal em 24 de maio.

²⁴ *Apud* FERREIRA, Procópio, *O ator Vasques*, Rio de Janeiro, INL, 1979, p. 394

²⁵ O termo *encilhamento* é uma alusão ao encilhamento de cavalo antes da corrida e remetia-se, naquele contexto, ao intenso movimento de especulações com ações gerando a ilusão de negócios fabulosos.

²⁶ CARVALHO, José Murilo, *Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a república que não foi*, obra citada, p. 20

²⁷ *O Tribofe*, uma revista de ano composta de 3 atos e 12 quadros, subiu à cena no teatro Apolo no dia 16 de junho de 1892, sendo musicada por Assis Pacheco. *O tribofe* foi uma gíria que se tornou popular no Rio de Janeiro e que servia para designar a trapaça de

fazer perder a corrida um cavalo tido como favorito. A revista de ano caracterizava-se por revisitar, de modo cômico e crítico, os fatos do ano anterior considerados mais relevantes pelo dramaturgo, e era sempre costurada por um fio condutor.

²⁸ *Apud* MENCARELLI, Fernando Antônio, *A Cena Aberta: a absolvição de um bilontra e o teatro de revista de Arthur Azevedo*, Campinas, UNICAMP, 1999

²⁹ *Iem*, p.83

³⁰ Ver para este assunto CARVALHO, José Murilo de, *Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a república que não foi*, obra citada.

³¹ *Gazeta de Notícias*, 18 de junho de 1892. O papel do *compère*, ou do compadre, na revista, era um misto e apresentador, comentarista, dançarino, cantor, bufão e contador de piadas, que fazia a ligação entre vários quadros.

³² *Apud* MARTINS, Antônio (org), *Teatro de Arthur Azevedo*, Rio de Janeiro, INACEM, 1987, tomo IV

³³ Sobre o reconhecimento, pelos espectadores, deste caráter político da revista de ano ver MENCARELLI, Fernando Antônio, *A Cena Aberta: a absolvição de um bilontra e o teatro de Arthur Azevedo*, obra citada.

³⁴ Ver para este assunto a *Gazeta de Notícias* de 14 de dezembro de 1892.

³⁵ A expressão é tomada de empréstimo a José Murilo de Carvalho.

³⁶ Em abril de 1893 foi fundado o Partido Republicano Federal por iniciativa da bancada paulista no Congresso tendo à sua frente Francisco Glicério. Foi este partido que indicou Prudente de Moraes à sucessão de Floriano Peixoto.

Bibliografia

BALABAN, Marcelo (org.).2003.*Instantâneos do Rio de Janeiro: Bastos Tigre*. Campinas: Mercado das Letras

CADERNOS AEL. 2002. Literatura e Imprensa no século XIX. ns. 16/17. Campinas, : UNICAMP

CARVALHO, José Murilo de. 1990. *A Formação das Almas: o imaginário da república no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras

CARVALHO, José Murilo de. 1987. *Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a república que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras

CARVALHO, José Murilo de. 1998. *Pontos e Bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: UFMG

CARVALHO, Maria Alice Resende de (org.). 1995. *Os militares e a república*. Rio de Janeiro: Museu da República

CASTRO, Celso. 2000. *A proclamação da república*. Rio de Janeiro: Zahar

CHALHOUB, Sidney e PEREIRA, Leonardo A de M. (orgs). 1998. *A História Contada: capítulos de história social da literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira

FERREIRA, Procópio,. 1979. *O ator Vasques* Rio de Janeiro: INL

JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. 1986. *Os Subversivos da República*. São Paulo: Brasiliense

MALATIAN, Teresa. 1990. *Os Cruzados do Império*. São Paulo: Contexto

MARTINS, Antônio (org.). 1987. *Teatro de Arthur Azevedo*. Rio de Janeiro: Inacem

NEEDEL, Jeffrey. 1993. *Belle Époque tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. São Paulo: Companhia das Letras

- NEVES, Margarida de Souza. Os cenários da república. O Brasil na virada do século XIX para o século XX in FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília (orgs.).2003. **O Brasil republicano: o tempo do liberalismo excludente**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira
- MENCARELLI, Fernando A. 2003. *A Voz e a Partitura: teatro musical e diversidade cultural no Rio de Janeiro (1868-1908)*. Tese de Doutorado. Campinas: UNICAMP/IFCH
- MENCARELLI, Fernando A. 1999. *A Cena Aberta: a absolvição de um bilontra e o teatro de revista de Arthur Azevedo*. Campinas: UNICAMP
- NEVES, Margarida de Souza (org.). 2001. *Seminário História e Crônica*. Rio de Janeiro: PUC (mimeo)
- PALHARES BURKE, Maria de Lourdes. 1995. *The Spectator: o teatro das Luzes*. São Paulo: HUCITEC
- PENNA, Lincoln de A.1997. *O Progresso da ordem*. Rio de Janeiro: Sette Letras.
- RESENDE, Maria Efigênia Lage de, O processo político da Primeira República e o liberalismo oligárquico in FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília (orgs.). 2003. *O Brasil republicano: o tempo do liberalismo excludente*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira
- SCHWARCZ, Lilia M. 1999. *As barbas do imperador*. São Paulo: Companhia das Letras
- SEVCENKO, Nicolau. 1995. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense.
- SILVA, Ana Carolina Feracin da(org).2002. *Bilhetes postais. Coelho Neto*. Campinas: Mercado das Letras
- SOUZA, Sílvia Cristina Martins de. 2002. *As noites do Ginásio: teatro e tensões culturais na Corte (1832-1868)*. Campinas: UNICAMP.
- VENTURA, Roberto. 1991. *Estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil (1870-1914)*. São Paulo: Companhia das Letras.

